

Camila Dutra dos Santos

Doutoranda em Geografia no Programa de Pós-graduação em Geografia (PropGeo/UECE), Docente do Departamento de Geografia da UECE, Membro do Grupo de Pesquisa Globalização, Agricultura e Urbanização (GLOBAU)
camilageo@hotmail.com

Difusão do agronegócio e reestruturação urbano-regional no Oeste Baiano

Resumo

As redes agroindustriais, com apoio deliberado do Estado, vêm se estabelecendo nos lugares e produzindo uma reestruturação produtiva condizente com seus interesses, atingindo tanto a base técnica quanto a econômica e social do setor agrícola, e promovendo a formação e/ou a reestruturação de regiões que passam a encarnar especializações territoriais. O Oeste Baiano se configura como um desses exemplos de região funcional ao agronegócio, contendo, principalmente a partir da década de 1980, condições favoráveis à expansão dessa atividade, com investimento maciço de capital público e privado na tecnificação do território. Essa região tem sua organização socioespacial atual pautada por redes agroindustriais que participam dos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação da produção moderna de grãos, principalmente da soja. Os conteúdos urbanos e os papéis regionais das principais cidades do Oeste Baiano resultam de uma crescente integração entre o agronegócio e os circuitos da economia urbana, transformando tais cidades em espaços funcionais às exigências produtivas do campo moderno. Nessa região, a difusão do agronegócio tem-se processado de forma conservadora e excludente, traduzindo-se no reforço de históricas desigualdades socioespaciais, bem como na criação de novas.

Palavras-chave: Agronegócio, Redes Agroindustriais, Região, Reestruturação urbano-regional, Oeste Baiano.

Résumé

LA DIFFUSION DE L'AGROBUSINESS ET RESTRUCTURATION URBAINE-RÉGIONALE DANS L'OUEST BAIANO

Les réseaux agro-industriels, avec le soutien délibéré de l'État, sont établis dans des lieux et provoquent une restructuration productive compatible avec leurs intérêts, changeant la base technique et aussi économique et sociale du secteur agricole, et provoquant la formation e/ou la restructuration des régions qui viennent à incarner des spécialisations territoriales. L'Ouest de Bahia, situé au Nordeste du Brésil, est configuré comme un exemple de ces régions fonctionnelles à l'agrobusiness, contenant, surtout à partir des années 1980, les conditions favorables à l'expansion de cette activité, avec un investissement massif de capitaux publics et privés dans la technicisation du territoire. Cette région a son organisation socio-spatiale actuelle guidée par des réseaux agro-industriels, qui participent aux circuits spatiaux de la production et des cercles de la coopération de la production céréalière moderne, en particulier le soja. Le contenu urbain et rôles régionaux des principales villes de l'Ouest Baiano - Barreiras et Luís Eduardo Magalhães, en particulier dans le cas de ce dernier – sont de résultat de l'intégration croissante entre l'agrobusiness et les circuits de l'économie urbaine, ce qui rend ces villes en espaces fonctionnelles aux exigences productives de l'agriculture moderne. Dans cette région, la propagation de l'agrobusiness est conduite de manière conservatrice, ce qui entraîne le renforcement des inégalités socio-spatiales, et provoquant la création de nouvelles.

Mots-clés: L'agrobusiness, Réseaux agro-industriels, Région, Restructuration urbaine-régionale, Ouest Baiano.

1. Introdução

A difusão do agronegócio tem gerado profundos impactos sobre a reorganização do território brasileiro. As “redes agroindustriais” (MAZZALI, 2000; SILVEIRA, 2005; ELIAS, 2013), com apoio deliberado do Estado, vêm se estabelecendo nos lugares e produzindo uma “reestruturação produtiva da agropecuária” (ELIAS, 2003) condizente com seus interesses, atingindo tanto a base técnica quanto a econômica e social do setor agrícola, e promovendo a formação e/ou a reestruturação de regiões que passam a encarnar especializações territoriais produtivas.

Desde a década de 1980, o Nordeste vem sendo incorporado pela fronteira agrícola da soja e recebendo os mais expressivos investimentos ligados ao agronegócio, originando áreas competitivas da produção de grãos. Como desdobramento deste processo, essas áreas vêm se reproduzindo em geral,

embora de forma heterogênea em alguns aspectos, com o incremento da urbanização, diversificação da economia urbana, acelerada reestruturação urbano-regional e aprofundamento de desigualdades socioespaciais (ELIAS, 2006). Essas áreas – Oeste da Bahia, Sul do Maranhão, Sul do Piauí, assim como o Centro-Leste do Tocantins (embora parte da Região Norte), mais recentemente, conformam uma região maior, denominada por Elias (2011, 2013) de “Região Produtiva do Agronegócio de Barreiras”, sendo esta cidade baiana a mais importante regionalmente.

O Oeste Baiano, situado no nordeste brasileiro, se configura como um desses exemplos de região funcional ao agronegócio por conter, principalmente a partir da década de 1980, condições favoráveis à expansão dessa atividade, com investimento maciço de capital público e privado na tecnificação do território. Perante a concentração no Oeste Baiano, de fixos e fluxos das redes agroindustriais de *commodities* agrícolas do Nordeste, selecionamos essa região para objeto de estudo desse artigo¹.

Nosso recorte espacial foi composto pelo Oeste Baiano como um todo, abrangendo os principais municípios produtores de soja na região: Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Correntina, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Cocos e Jaborandi. Barreiras e Luís Eduardo Magalhães apresentam-se como as duas cidades mais importantes da região por conta do destaque de sua economia urbana. Dado este fato, este artigo apresenta um enfoque especial sobre a reestruturação urbano-regional que envolve esses dois espaços. Essas duas cidades possuem um raio de influência que alcança, até mesmo, municípios do Sul do Piauí (Bom Jesus e Uruçuí), Leste de Goiás (Posse) e Leste de Tocantins (Dianópolis).

A proposta deste artigo é, portanto, apresentar uma síntese de algumas reflexões acerca da difusão do agronegócio no Oeste Baiano e da reestruturação urbano-regional advinda deste processo.

A metodologia utilizada considerou, especialmente, pesquisa bibliográfica e documental, análise sistemática das teorias e dos conceitos selecionados, construção de um banco de dados com informações primárias e secundárias, organização de uma hemeroteca sobre a região e trabalhos de campo. Os trabalhos de campo foram essenciais para confirmar ou refutar os dados secundários, observar minuciosamente a paisagem e nos aproximar mais dos agentes e processos analisados.

2. Reestruturação produtiva da agropecuária, difusão do agronegócio e as redes

Pensar a “territorialização do capital no campo” (OLIVEIRA, 1996), processo que ocorre quando a agropecuária é desenvolvida sob a forma capitalista e com a apropriação da renda capitalista da terra, implica pensar a reestruturação produtiva enquanto chegada de uma nova ordem econômica e redefinição de uma lógica racionalista de produção, a qual não prioriza os componentes sociais e econômicos tradicionais. E o espaço, meio e produto da reestruturação produtiva (MOREIRA, 2006), reflete todas essas mudanças.

A ambiência de transformações na escala mundial, pós-1970, e os seus rebatimentos na organização espacial do Brasil, propiciou condições de ordem econômico-tecnológica e político-cultural para uma reestruturação produtiva também do setor agropecuário brasileiro, que passava por modificações desde os anos 1950, aprofundadas nas décadas de 1970 e 1980. A difusão de um novo modelo de produção globalizada no território brasileiro promoveu um reajustamento social, econômico e político no campo e na cidade, e induziu uma atividade agropecuária intensa em capital, ciência, tecnologia e informação, chamada de “agricultura científica” (SANTOS, 2005).

Elias (2003) utiliza uma periodização que consideramos muito adequada para pensar a consecução desse novo modelo de produção agropecuária e a reorganização do espaço agrícola. Para a autora, podemos vislumbrar três momentos adjacentes. O primeiro seria o da mudança da base, a partir da década de 1950, com o emprego de uma gama de insumos artificiais, em detrimento dos naturais, com a difusão de inovações químicas e mecânicas. O segundo momento seria concretizado em meados de 1960, quando os interesses das grandes corporações se apropriaram do processo de produção agropecuária brasileira, organizando-se indústrias à montante e à jusante da agricultura. O terceiro período, pós anos 1970, e que se estende até hoje, corresponde à integração de capitais industriais, bancários, agrários e à junção vertical de empresas.

Como já indicaram vários autores, a exemplo de Müller (1989), Silva (1996), Oliveira (1996), Mazzali (2000), Elias (2003), o Estado claramente

assumiu o papel de elemento indutor da modernização agrícola brasileira, através da montagem e do uso de um amplo sistema de incentivos financeiros e fiscais. A intensidade desse processo traduz o resultado dos benefícios da política estatal aos agentes hegemônicos, uma vez que os incentivos favoreceram a concentração acelerada da propriedade fundiária, permitindo ganhos fabulosos às multinacionais e aos grandes grupos nacionais.

O setor agrícola foi um dos eleitos para os investimentos nacionais e internacionais dos anos 1970, tendo que se enquadrar em “um tempo rápido, um tempo hegemônico, influenciado pelo dado internacional: os tempos do Estado e das multinacionais” (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p. 52). Os investimentos dirigiram-se aos setores onde havia possibilidade de exportação, isto é, a produção resumiu-se a bens para os quais existissem compradores estrangeiros potenciais. Essa orientação exigiu uma constante atualização do equipamento industrial, a fim de poder concorrer internacionalmente. A década de 1970 foi, por conseguinte, um marco na modernização da agricultura, no desenvolvimento do capitalismo agrário e na expansão das fronteiras agrícolas (MÜLLER, 1989; SILVA, 1996; OLIVEIRA, 1996; MAZZALI, 2000; ELIAS, 2003). Um novo modelo hegemônico de produção agrícola passa a imperar, na forma de um agronegócio.

É preciso explicar o que entendemos por agronegócio, termo de uso corrente na atualidade, mas por vezes utilizado sem discriminação. Conforme Mendes e Padilha Júnior (2004), este conceito foi desenvolvido na década de 1950, pelos pesquisadores da Universidade de Harvard – John Davis e Ray Goldberg², no âmbito da área de administração e *marketing*, nascendo com a expressão *agribusiness*, nos Estados Unidos, em 1957. Esses autores americanos enunciaram o conceito de agronegócio como sendo a “soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles” (DAVIS e GOLDBERG, 1957 apud MENDES; PADILHA JUNIOR, 2004, p. 46).

O agronegócio é, de fato, um “negócio”, pois no funcionamento desse setor se lida com aspectos administrativos, financeiros, contábeis, logísticos, gestão de recursos humanos, gerenciamento de informações, comunicação de banco de dados, controle de qualidade e de processos,

automação industrial e comercial, *marketing*, entre outros, próprios de qualquer ramo empresarial, bem como se gerencia empresas agropecuárias, definindo as estratégias de mercado e sistemas de produção.

Oliveira (2003) observa que o Brasil do campo moderno vem transformando a agricultura em um negócio rentável regulado pelo lucro e pelo mercado mundial, onde o agronegócio é sinônimo de produção para o mundo. Deste modo, quando se trata dessa atividade, não estamos mais falando, apenas, de fazendas, mas de empresas do agronegócio; não tratamos somente de produtos agrícolas, mas de *commodities* agrícolas; e, sobretudo, não lidamos mais unicamente com agricultores ou produtores, mas empresários.

Esse modelo do agronegócio, baseado em uma agropecuária empresarial, competitiva e especializada, cuja lógica produtiva é imposta pelo mercado mundializado, tem se difundido no território brasileiro. Nos últimos trinta anos, esta expansão tem se dado dentro de uma nova lógica de aglomeração, deslocamento e funcionalidade deste setor econômico, promovendo, mais recentemente, a formação de “Redes Agroindustriais” (SILVEIRA, 2005; ELIAS, 2013). Estas seriam responsáveis por um (reordenamento espacial que passa, cada vez mais, a atender as necessidades da produção, circulação e consumo de *commodities* agrícolas, como no caso da soja. De acordo com Elias (2013, p. 16):

As redes agroindustriais associam todas as atividades e empresas inerentes ao agronegócio globalizado: empresas agropecuárias, indústrias de sementes selecionadas, de insumos químicos e implementos mecânicos, laboratórios de pesquisa biotecnológica, prestadores de serviços, agroindústrias, empresas de distribuição comercial, de pesquisa agropecuária, de *marketing*, de *fast-food*, de logística, cadeias de supermercados etc.

A complexidade e a plasticidade, que caracteriza hoje a globalização da produção e do consumo, se manifestam a partir de formas distintas no interior dos diferentes segmentos agroindustriais. Como o conceito de rede possui justamente um aspecto mais móvel, bem como evidencia melhor o “fator organização”, ele se apresenta como uma ferramenta metodológica mais apropriada para explicar estratégias flexíveis de reorganização das empresas do agronegócio já que, ao possibilitar o entendimento das ligações, simultaneamente, possibilita uma compreensão do modo de

organização desse setor. A organização em “rede” também ajuda a evidenciar melhor o papel do espaço, o qual se modifica, paulatinamente, em decorrência das estratégias dos agentes e das suas interpelações na rede.

Em síntese, as ‘redes’ traduzem o aprofundamento da interdependência entre os agentes econômicos, consubstanciada em múltiplas formas de relações entre empresas, cuja caracterização exige a explicitação do sistema de ‘divisão do trabalho’ intra-rede, a partir da identificação das especificidades de sua estrutura interna (MAZZALI, 2000, p. 157).

Outro autor, no qual apoiamo-nos para compreender a organização em rede do agronegócio, é Silveira (2005). Este autor pensa o conceito de rede, na abordagem da atividade agroindustrial, a partir da constatação de que uma das características estruturais dessa atividade é a afirmação de uma racionalidade organizacional que valoriza, simultaneamente, a especialização, a articulação e a interconexão de seus distintos agentes e segmentos que se localizam e operam em diferentes níveis escalares.

Lembra-nos Giordano (1999), que hoje as empresas globais ultrapassaram a velocidade da luz ao traspassarem as barreiras físicas dos Estados. Hoje não se discute em que lugar produzir determinado produto mundial, mas em qual se pode obter maiores vantagens competitivas para produzi-lo, não importando onde. A política territorial das grandes empresas, por exemplo, que antes buscavam as benesses das localizações metropolitanas, hoje descentralizam suas indústrias e ocupam novas porções do território. A “seletividade espacial” (SANTOS, 1996; 2005; 2006) perpassa por relações de domínio e incorporação dos lugares, o que demonstra que a rede está diretamente imbricada com as relações de poder, afinal “os nós das redes são assim lugares de conexão, lugares de poder e de referência” (DIAS, 1995, p. 146). Para Santos (2006, p. 183), “a existência das redes é inseparável da questão do poder”.

A concorrência ou disputa por lugares, entre os agentes hegemônicos, se inscreve nas “redes políticas territoriais” (SILVA, 2010; SILVA; SANTOS; NASCIMENTO, 2011). Em ensaio sobre este conceito, Silva, Santos e Nascimento (2011) lembram a importância das redes e do território como elementos intrínsecos à política. Para os autores, é preciso investigar a rede que o poder desenha e seus efeitos num território determinado, nesse caso os atores políticos estão conformados em redes, isto é, em redes de poder

territorial. E, no entanto, este poder é, geralmente, controlado por uma parcela da comunidade.

Não é difícil associar o debate sobre as redes políticas territoriais aos efeitos da expansão do agronegócio no território brasileiro, muito pelo contrário, afinal a lógica mercantil desta atividade econômica cria formas específicas de arranjos territoriais através da demarcação de pontos fixos e na extensão de sua atuação sob todos os níveis do território, desenhando este de acordo com a lógica da produtividade e do poder. E, como em toda rede, naquela organizada pelo agronegócio também é essencial conhecer as ações dos agentes hegemônicos que a constituem, identificando as estratégias destes e a maneira como redesenham e administram essas redes.

Na perspectiva de Leite e Medeiros (2012), ao modelo do agronegócio passa a ser contraposto o modelo agroecológico, pautado na valorização da agricultura camponesa e nos princípios da policultura e dos cuidados ambientais. Sendo assim, as redes políticas territoriais podem ser investigadas tanto no plano dos agentes hegemônicos, como no plano da reprodução do campesinato. Silva, Santos e Nascimento (2011) advertem que as redes políticas do agronegócio também são redes políticas de resistências, tanto das grandes empresas, que se munem de estratégias contra a organização dos movimentos sociais, quanto de grupos sociais, como no caso dos “Povos do Cerrado”, que se articulam contrariamente aos interesses imperativos do grande capital.

A rede política territorial pode ser entendida como metáfora privilegiada para o entendimento das relações conflituosas entre diferentes atores organizados em torno do agronegócio no cerrado. Essa construção acontece na correlação das escalas globais às escalas locais, em que diferentes grupos sociais participam da luta pelo controle e o estabelecimento de limites, como forma de projeção de suas intenções e ações concretas nos territórios (SILVA; SANTOS; NASCIMENTO, 2011, p.31).

Destarte, as redes nos permitem melhor articular os distintos níveis escalares, em que atuam os agentes que dela participam, assim como ir além dos enfoques econômico, administrativo e tecnológico, já que é possível pensarmos numa rede de poder territorializada. Nesse sentido, a análise da dinâmica do funcionamento e da organização da rede agroindustrial da soja, e de como e por que cada lugar “participa” no conjunto da atividade agroindustrial, nos permite apreender os impactos econômicos e tecnológicos sobre a região pesquisada, como também seus

condicionamentos ambientais, sociais, culturais e políticos, em relação ao desenvolvimento dos “circuitos espaciais de produção” e dos “círculos de cooperação” (SANTOS, 1996; SANTOS; SILVEIRA, 2011) da soja.

3. Expansão da produção da soja no Nordeste e no Oeste Baiano

A incorporação de alguns espaços do Nordeste, a partir dos anos 1980, para produção de soja, serviu de vetor para aprofundar essa diferenciação espacial interna à região, pois privilegiou/selecionou sujeitos e lugares. A vinculação dos cerrados nordestinos à rede agroindustrial capitaneada pela soja ampliou-se a partir do Sul e do Centro-Oeste, e, desde então, essa área tem experimentado um processo de ocupação comandado por agentes econômicos extra regionais e vem recebendo capitais (e capitalistas) predominantemente não nordestinos. Estes agentes têm implantando novos processos econômicos, bem como construído uma paisagem que se assemelha muito mais às macrorregiões Norte (Tocantins) e Centro-Oeste (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás) do Brasil, do que ao Nordeste (do lado oriental do Rio São Francisco). De acordo com Giordano (1999, p. 152):

A vinda de empresários do Sul e Centro-Oeste para a região dos cerrados nordestinos foi determinada, principalmente, por três fatores: a) condições edafo-climáticas favoráveis (topografia plana, abundância e regularidade de chuvas, temperatura elevada e profundidade dos solos; b) terras mais baratas que em outras regiões produtoras, fato que eleva a rentabilidade da exploração (lucro sobre ativos) e, c) busca de economia de escala.

A atração por essas novas áreas foi tão intensa nos anos 1980, que se verificou uma enorme transferência de agricultores especializados no cultivo da soja do Rio Grande do Sul, do Paraná e de São Paulo. Muitos se deslocaram e outros investiram capitais, à distância, nesta nova fronteira agrícola. Segundo Bezerra (2008, p. 163), “a Região Nordeste tem sido uma das mais recentes fronteiras de expansão da sojicultura”. E, no entendimento de Haesbaert (1996, p.382):

A ebulição econômica e o aumento brutal das desigualdades sociais com as migrações do sertão impulsionadas pelo mito do ‘eldorado da soja’ faz com que muitos denominem estas áreas de o ‘Novo’ Nordeste, e alguns políticos já começam a articular novos recortes políticos-administrativos capazes de corroborar essa nova divisão territorial do trabalho, ditada pela modernização seletiva da agricultura.

O Oeste da Bahia foi pioneiramente incorporado à expansão da produção de soja no Nordeste, no final da década de 1970 e início dos anos 1980, procedente da atuação de novos agentes econômicos, da introdução de uma série de “sistemas técnicos” (SANTOS, 1996) e de capital, o que induziu transformações no âmbito político, econômico e social de toda essa porção do território baiano. O Estado teve um papel muito importante neste processo no Oeste Baiano, ao criar infraestruturas adequadas a essa expansão da agricultura moderna, instituir políticas de créditos agrícolas e investir em pesquisa e desenvolvimento científico na região.

O Oeste Baiano representa, hoje, em termos de Nordeste, a principal área de produção agrícola moderna, sobretudo de grãos, destaque principal para a soja. Essa região, polarizada pelas cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães (Bahia), estende seu raio de influência ao Sul do Maranhão, Sul do Piauí, assim como a partes do Leste do Tocantins e de Goiás, compondo uma região maior que é o Bamapito.

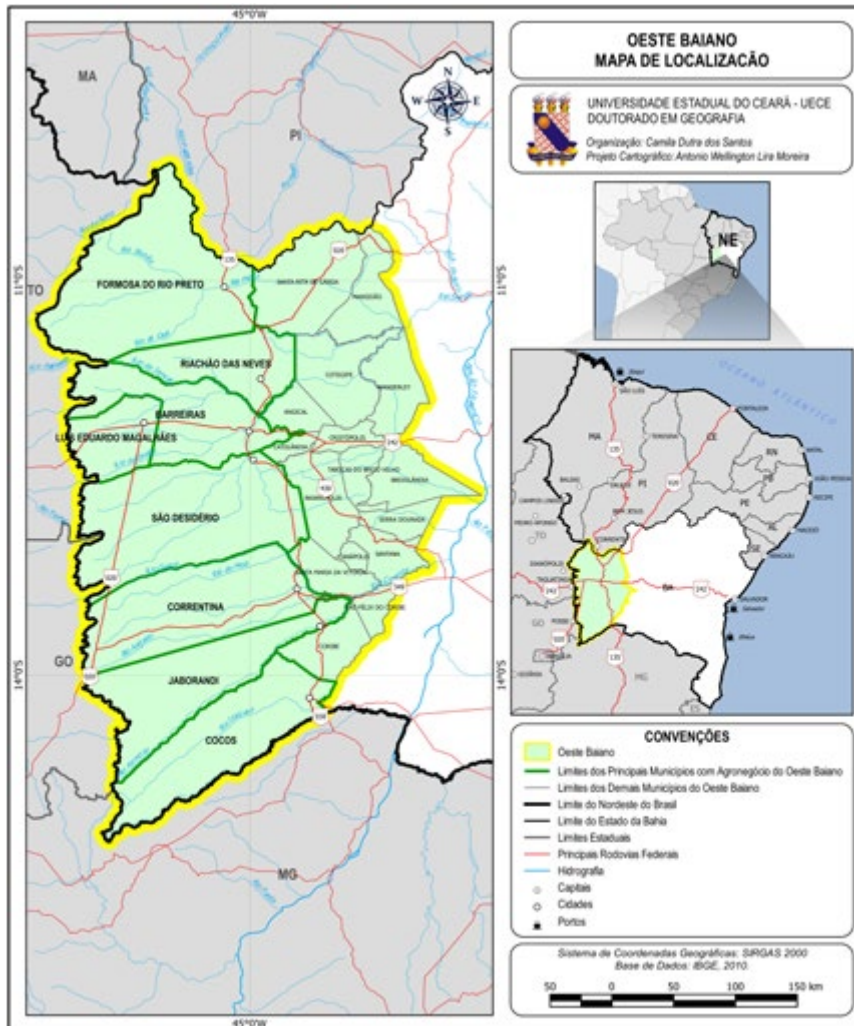
Outros autores também já reconheceram, através de suas pesquisas, o destaque do Oeste Baiano na rede agroindustrial brasileira. Segundo Elias (2006, p. 41), este arranjo territorial produtivo “compõe uma nova região de produção globalizada, cujos nexos organizacionais são comandados de forma oligopsônica pelas multinacionais Cargill e Bunge”. Na opinião de Bezerra (2008), a região de Barreiras é um dos exemplos mais expressivos da consolidação da fronteira agrícola a ganhar corpo nos cerrados nordestinos:

Entre as microrregiões analisadas, a principal ênfase da concentração da área plantada foi a microrregião de Barreiras. Esta é a grande responsável pelo incremento crescente da área plantada com soja no cerrado nordestino. Se considerarmos sua importância perante a Região Nordeste perceberemos que a microrregião, de acordo com o recorte temporal adotado, sempre participou com mais da metade da área plantada com soja. Todavia sua concentração vem diminuindo paulatinamente com a expansão do produto para outras regiões, como a de Gerais de Balsas e a de Alto Parnaíba Piauiense (BEZERRA, 2008, p. 167).

Para Bernardes (2009, p. 35), no arranjo produtivo baiano, o ritmo das mudanças é mais acelerado que nas demais sub-regiões do Bamapito³. Este termo, também chamado por outros de Matopiba ou Mapitoba (como acrônimo dos nomes dos estados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins), é utilizado pela autora para fazer referência à região que figura como uma

das chamadas novas fronteiras agrícolas do país. Bernardes (Ibid. p. 33) complementa que “o dinamismo da rede urbana é bem maior no oeste baiano”. Essa autora parece não ter dúvidas de que, nesta porção da Bahia, a escala do evento é maior e a expansão do agronegócio assume níveis mais elevados de concentração da terra, de capital e de desarticulação social.

Figura 1
MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO OESTE BAIANO



Fonte: Organização de Camila Dutra, Projeto Cartográfico de Wellington Lira Moreira, 2015. Base de dados: IBGE, 2010.

Para Frederico (2010), a região do Oeste Baiano já nasceu competitiva, uma vez que a participação dos fatores capital e tecnologia, na expansão e na consolidação da agricultura moderna, sempre foi relativamente maior que o peso específico do trabalho e da terra. A combinação virtuosa dos fatores de produção elevou a produtividade e reduziu os custos regionais de produção, aumentando a eficiência produtiva e, por conseguinte, a competitividade dessa região.

A rede agroindustrial da soja no Oeste Baiano é, de fato, bastante complexa, constituída por pontos e áreas localizados em diferentes lugares onde um conjunto de agentes atua e interage, desenvolvendo atividades específicas. Essa complexidade observada, aliada ao reconhecimento do grau de densidade técnico-científico-informacional dessa região, instigou nosso interesse em investigar especificamente o Oeste Baiano, dentre as demais áreas de produção da soja no Nordeste.

4. Reestruturação urbano-regional no Oeste Baiano

A expansão da urbanização e o incremento da economia urbana, em áreas de difusão do agronegócio, adquirem um padrão competitivo, empreendedor, ajustado aos interesses capitalistas e, portanto, atrativo aos agentes hegemônicos das redes agroindustriais. As lógicas dominantes agora são, portanto, as da “urbanização corporativa” e da “cidade corporativa” (SANTOS, 2005), isto é, empreendidas sob o comando dos interesses das grandes firmas. Este tipo de urbanização é comum nas áreas de expansão do agronegócio – direcionada por interesses de *holdings* hegemônicas das redes agroindustriais (ELIAS, 2003).

De acordo com Santos (2005, p. 56), “a cidade torna-se o lócus da regulação do que se faz no campo”. Ou seja, é na cidade onde o capital agroindustrial encontrará alicerces à sua plena realização como “a mão de obra especializada, o mercado consumidor, os comerciantes (de produtos e insumos), os agentes governamentais, os centros de ensino e pesquisa e todos os demais produtos e serviços necessários à produção agrícola e agroindustrial” (SANTOS, 2010, p. 53). Com a difusão do agronegócio, as velhas relações campo-cidade são reforçadas e surgem outras novas:

Na realidade, com a modernização da agricultura e a instalação de uma produção corporativa, assim como de uma circulação, distribuição e informação corporativas, a demanda cumprida pelas cidades acaba sendo majoritariamente reclamada pelas empresas, ou em todo caso tal demanda é privilegiada no estabelecimento dos planos regionais (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p. 280).

Os processos de inserção do Oeste Baiano, na rede agroindustrial da soja, têm se realizado através do modo como os agentes hegemônicos, que atuam nos circuitos espaciais de produção dessa *commodity*, valorizam, aproveitam e utilizam as possibilidades ofertadas pelos atributos e características territoriais. Alguns desses principais agentes, que atuam na rede agroindustrial da soja no Nordeste, se localizam no Oeste Baiano, que aparece como importante área de comando regional.

As práticas e estratégias adotadas pelos distintos agentes do agronegócio, no âmbito dos circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação da soja, apontam para a conformação de uma rede cuja racionalidade de funcionamento revela uma forma organizacional verticalizada, hierarquicamente estruturada e regulada externamente a partir de pontos que sediam as corporações multinacionais. Exemplos destas são as *tradings* Bunge e Cargill⁴, com plantas industriais e outros fixos importantes espalhados no Brasil e situados no Oeste Baiano, que controlam, hegemonicamente, o funcionamento da rede agroindustrial da soja, incidindo e condicionando as ações e o desempenho dos demais agentes nos pontos e áreas que as integram, determinando importantes relações de poder expressas no território.

A Bunge e a Cargill estão presentes no Oeste Baiano desde os anos 1990. Representam os maiores empreendimentos industriais da região, movimentando a economia, os fluxos e a geração de empregos no setor. Esses grupos empresariais possuem negócios diversificados, atuando da comercialização ao esmagamento de grãos, do financiamento agrícola à produção e venda de fertilizantes, e se beneficiam de uma hegemonia exercida sobre a logística, em especial, o sistema de armazenamento. Ambas as empresas foram atraídas, entre outros fatores, pela isenção tributária oferecida pelo Governo da Bahia, e sua infraestrutura aproveitou as plantas industriais já existentes na região.

Além dessas duas multinacionais, também estão presentes no Oeste Baiano as *tradings* ADM – Archer-Daniels Midland, Amaggi & LDC - Louis

Dreyfus, Noble, Multigrain e SLC Agrícola. Nas áreas onde estas firmas estão localizadas fisicamente, ou nos espaços com os quais mantêm relações, ocorreram grandes transformações socioespaciais nas últimas três décadas, influenciadas por esse arranjo empresarial. A estrutura da Bunge e Cargill, por exemplo, tem um porte impressionante, subdividindo-se em fábricas e galpões de armazenamento que modificam a paisagem do Oeste Baiano.

Figura 2

LUÍS EDUARDO MAGALHÃES (BA). INDÚSTRIAS PROCESSADORAS DE SOJA: CARGILL NO ALTO E BUNGE ABAIXO



Fonte: Camila Dutra, fevereiro de 2014.

O poderio das *tradings* se manifesta, no Oeste Baiano, na medida em que dominam a circulação de recursos (capital, tecnologia, informação e normas) que os demais agentes necessitam para sua reprodução, mantendo-os em certo grau de subordinação, uma vez que são essas agroindústrias que definem a área plantada, as orientações técnicas quanto à produção, ao padrão de classificação dos grãos, ao preço a ser pago por estes, às mudanças organizacionais e produtivas, aos novos investimentos ou fechamento de unidades fabris etc.

As ações dos agentes do agronegócio, principalmente das corporações multinacionais, manifestam-se, portanto, de modo desigual sobre as “formas e funções” (SANTOS, 1996) do espaço urbano-regional, redefinindo a própria rede urbana e região de influência. Trata-se de uma dinâmica particular de interação entre o sistema espacial – a rede urbana regional – e o sistema produtivo – a rede agroindustrial. Dinâmica que acaba por agravar o padrão concentrado da rede, tendo em vista que, quando a empresa é global, a localização de uma de suas etapas produtivas numa cidade contribui para acentuar a debilidade de sua região, através da seletividade espacial. Isto acontece especialmente se o espaço urbano-regional possui pouca densidade técnica e funcional. O resultado é que se acumulam funções em um ponto e, em contrapartida, se esvaziam ou se subordinam nos demais (SANTOS; SILVEIRA, 2011). Há, portanto, uma excessiva concentração, das atividades relacionadas ao agronegócio, em poucas cidades no Oeste da Bahia.

O desenvolvimento da rede urbana no Oeste da Bahia envolve a existência de importantes vínculos entre a produção de soja, realizada pelos produtores agrícolas nas áreas rurais e o beneficiamento e o processamento desse produto nas agroindústrias instaladas nas duas principais cidades da região – Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, fortemente vinculadas às suas zonas rurais. Tais vínculos entre produtores e agroindústrias se manifestam de diferentes formas: pela aquisição de insumos pelos produtores, grande parte fornecida pelas agroindústrias; pelo acesso ao crédito agrícola, intermediado por estas empresas junto aos bancos; pelas novas normas, regras e regulações resultantes de um padrão tecnológico adotado por agroindústrias; pelo sistema de transporte operado por elas, que leva os insumos e traz os grãos dos produtores etc. Esse contexto é o mesmo para o algodão, o milho e o café produzidos na região.

O sistema urbano-regional do Oeste Baiano apresenta-se de forma complexa e com diferenciação interna, uma vez que, embora as suas cidades se apresentem articuladas em rede, elas passam por um constante e progressivo processo de diferenciação do seu conteúdo técnico-científico-informacional, em razão das formas particulares como cada um desses espaços se insere e participa na divisão territorial do trabalho. Acontece isto porque as espessuras do tempo, expressas nas formas urbanas e em seus conteúdos, são vetores importantes de distinção espacial entre as redes urbanas regionais e suas cidades.

Este processo está ligado a outro, o da multiplicação do número de cidades locais e o aumento da importância destas, sobretudo quando próximas às áreas de agricultura moderna, o que exige considerarmos a proposta de Santos (2005) de analisarmos as “regiões agrícolas” e “regiões urbanas”, e não mais “regiões rurais” e “cidades”. Para este autor, hoje “as regiões agrícolas (e não rurais) contêm cidades; as regiões urbanas contêm atividades rurais” (SANTOS, *ibid.*, p. 73). Portanto, em ambas convivem áreas urbanas e rurais sendo que “o que distinguirá a região urbana e a região agrícola não será mais a especialização funcional, mas a quantidade, a densidade e a multidimensão das relações mantidas sobre o espaço respectivo” (SANTOS, *ibid.*, p.74).

No Oeste Baiano é muito comum encontrarmos empresários rurais que têm seus negócios expandidos para atividades consideradas tipicamente urbanas, como o transporte (companhias transportadoras), os serviços (postos de gasolina, armazenagem, corretoras, consultorias, empreendimentos imobiliários etc.) e a indústria (principalmente aquela ligada ao beneficiamento agrícola). Além disso, muitas empresas agrícolas localizam-se na própria zona rural dos municípios, e grande parte dos empresários e trabalhadores alterna sua permanência entre trabalho no campo e residência na cidade. A dependência de toda a região em relação ao setor primário torna as cidades, dessa fronteira agrícola, vulneráveis às sucessivas crises da agropecuária.

Elias (2003; 2006) constata que nos espaços de intensificação da agricultura moderna se processam, por vezes, alterações na dinâmica populacional e incremento da economia urbana, que passa a ocasionar uma série de fixos e fluxos de matéria e informação entre o campo e a cidade.

“Os estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, sediados nas cidades, facilitam a gestão do campo como uma empresa, que pode ser comandada da cidade” (SANTOS, 2010, p. 51).

Ainda de acordo com Elias (op. cit.) as exigências do campo moderno produzem novas demandas de comércio e serviços nas cidades, pois a modernização da agricultura requer a utilização de máquinas, implementos, adubos, defensivos, sementes selecionadas, serviços técnicos baseados no conhecimento científico, crédito rural etc. Dessa forma, o “consumo produtivo agrícola” (SANTOS, 1996; 2005; ELIAS, 2003; SANTOS, 2010) se alarga com os investimentos na produção agrícola de caráter industrial. Sendo assim, a economia urbana deve ser compreendida de forma ampla, incluindo as mudanças no campo e na cidade.

Vemos, então, nas áreas de difusão do agronegócio, as cidades mais próximas serem adaptadas para atender às demandas desse consumo produtivo em expansão, mediado pelo crescimento e pela espacialização de atividades terciárias associadas à produção agrícola (ELIAS, 2003; 2006). Dada a crescente integração entre agronegócio e os “circuitos da economia urbana” (SANTOS, 2008), o conceito de consumo produtivo agrícola contribui para o estudo do processo social da urbanização que, na região por nós estudada, está intimamente ligado aos circuitos espaciais de produção de grãos. O Oeste Baiano se destaca pela maior concentração, no Nordeste, das representações das principais empresas mundiais de comercialização de grãos e das concessionárias das principais indústrias mundiais de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas.

O município de Luís Eduardo Magalhães se sobressai na região por conter revendedores autorizados das marcas John Deere, Valtra, Agrale, Semeato, Ford, Muller, New Holland, Case IH e Massey Ferguson. Cabe destacar que as empresas que revendem os produtos desses fabricantes, além de oferecem assistência técnica e profissional a seus principais clientes (os grandes produtores agrícolas), responsáveis pelo dinamismo nos ramos de veículos, máquinas e fertilizantes, também atuam no segmento financeiro oferecendo linhas de crédito para a compra financiada de seus próprios produtos.

Segundo Elias (2006; 2011), o comércio de insumos agrícolas em Luís Eduardo Magalhães chega a impressionar qualquer visitante. Apesar de

essa ser uma cidade menor que Barreiras, e apresentar um terciário mais modesto, que o da primeira, a difusão do consumo produtivo agrícola parece superar o da cidade mais importante da região. Perfilando-se ao longo da BR-242, comércios que negociam produtos agrícolas modernos existem numa quantidade tão elevada que melhor exemplo não poderia existir para situar Luís Eduardo Magalhães, definitivamente, como afirma esta autora desde sua pesquisa sobre a região, como uma “cidade do agronegócio”.

O apelo ao consumo produtivo agrícola é muito grande na região. Não apenas em Luís Eduardo Magalhães, onde as principais revendas de máquinas e implementos agrícolas do país têm representações, mas também nos outros municípios próximos, onde as filiais dessas empresas se localizam. Estas lojas apresentam o que há de mais moderno no mercado agrícola em termo de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas. A combinação de diferentes tecnologias vem sendo utilizada como estratégia para ampliar a produtividade nas lavouras mecanizadas e os resultados chegam ao Oeste Baiano através da venda de modernos equipamentos.

É perceptível as estreitas relações desenvolvidas pelo comércio e pela agricultura moderna nas cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, pois as evidências estão em todas as partes. A produção agroexportadora, que impõe novas marcas ao espaço agrário dessa região, faz o mesmo com os elementos que redefinem o espaço urbano. Não é possível ficar indiferente aos fluxos (caminhões, pessoas, mercadorias), objetos (casas comerciais), comunicações (publicidade), entre outros, voltados para as demandas do campo.

Dessa forma, é nítido que, nos casos onde o campo sofre um forte impulso dos investimentos de natureza capitalista, o mesmo acaba ganhando mais força para modificar sensivelmente o movimento da cidade, designando a ela uma nova diversidade de produtos e funções. Um exemplo é a utilização da soja enquanto medida de valor, muitas vezes compra-se de tudo com o valor que ela representa no mercado de *commodities*, inclusive apartamentos, veículos entre outros. Os preços e os prazos estabelecidos para pagamento também tomam como referência o período da safra.

A agricultura moderna globalizada que chegou aos cerrados baianos, com a propagação dos *fronts* agrícolas do Sul e do Centro-Oeste do País, nos anos 1980, introduziu, por conseguinte, um “novo tempo” (FREDERICO, 2010), ao trazer consigo objetos técnicos funcionais à difusão do capital

agrícola. A ampliação das relações mercantis e a construção de sistemas de transportes e de comunicação mais modernos, bem como a presença do Estado, proporcionaram condições para maior fluidez territorial das mercadorias e das pessoas, permitindo, assim, atrair mais população e empresas para essas áreas.

Figura 3

LUÍS EDUARDO MAGALHÃES (BA). EMPRESAS DO CONSUMO PRODUTIVO AGRÍCOLA:
AGROSUL NO ALTO E LAVROBRÁS ABAIXO



Fonte: Camila Dutra, fevereiro de 2014.

Figura 4
LUÍS EDUARDO MAGALHÃES (BA). CONTRASTES HABITACIONAIS: BAIRRO JARDIM PARAISO
NO ALTO E BAIRRO SANTA CRUZ ABAIXO



Fonte: Camila Dutra, fevereiro de 2014.

Cabe destacar que as cidades do Oeste Baiano tornaram-se polos, não apenas para a expansão do agronegócio, mas também para uma economia da pobreza. Ao lado de plantações de grãos mecanizadas e altamente produtivas, encontram-se centros urbanos que crescem desordenadamente, sem infraestrutura adequada, isentos de saneamento básico, com escassez de postos de trabalho, com educação e saúde precárias, e inúmeras outras deficiências, ao mesmo tempo em que apresenta grandes enclaves urbanos destinados a uma pequena parcela da população com maior poder aquisitivo. Esse contraste social pode ser exemplificado nas imagens de dois bairros de Luís Eduardo Magalhães, duas realidades totalmente opostas na mesma cidade, o Jardim Paraíso e o Santa Cruz.

Como resultado da concentração do desenvolvimento econômico proveniente da difusão do agronegócio na região, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães passam por um rápido processo de urbanização, caracterizado pelo crescimento urbano desordenado, pela modernização desigual de suas áreas e equipamentos urbanos e pela intensificação da segregação socioespacial. Ocorre que, para atingir a condição que ostenta atualmente de centro regional, no caso de Barreiras e, de cidade do agronegócio, para o caso de Luís Eduardo Magalhães, um preço alto foi cobrado a estas cidades. E estes custos da expansão das forças produtivas foram repassados à sociedade.

O processo de urbanização e a modernização da agropecuária, notadamente após o desenvolvimento de tecnologias de produção em larga escala, vêm transformando rapidamente as paisagens do Oeste Baiano, impactando nos ecossistemas e nos modos de vida das populações. Esse quadro é agravado pela incapacidade do Estado de resolver os problemas comuns de regiões cujo crescimento não obedece a fronteiras, resultando em políticas isoladas e desarticuladas, contribuindo para manutenção e agravamento de históricas desigualdades socioespaciais.

5. Conclusão

Constatamos, no Oeste Baiano, uma organização socioespacial pautada por redes agroindustriais, controladas principalmente por agentes

hegemônicos que participam dos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação de *commodities* agrícolas, fundamentalmente da soja, mas também do milho, do café e do algodão. O que mais chamou nossa atenção foi o perfil dessas redes, compostas por grandes empresas de capital aberto, sob o domínio de fundos estrangeiros ou de empresários nacionais ligados a outros ramos da economia, que exploram um modelo de produção que combina economia de escala, gestão profissional e acesso aos mercados de capitais, não deixando espaço para pequenos produtores.

Observamos também a existência de um conjunto de fluxos de pessoas, mercadorias, ordens e informações, dentro do Oeste Baiano, o que evidencia a coesão dessa região, relacionada não apenas ao agronegócio, mas também à oferta de educação, saúde, lazer, comércio em geral, serviços bancários e cartoriais, migração pendular etc. Notamos ainda que a difusão do agronegócio, na região analisada, tem-se traduzido não apenas em reestruturação produtiva da agropecuária, mas no reforço de históricos problemas regionais (concentração fundiária e de renda, desarticulação do campesinato, expansão da monocultura etc.), bem como na criação de novos (privatização da água, degradação ambiental, assalariamento do trabalhador do campo, urbanização desordenada etc.).

Para o Oeste Baiano, urge uma agenda regional, e mais, um novo modelo de produção agropecuária, pautado na conservação do meio ambiente, na valorização das comunidades tradicionais e na equidade social. Podemos mesmo afirmar que nenhum outro modelo agrícola promoveu tanta pobreza, desigualdade regional e degradação ambiental em tão pouco tempo, no campo e nas cidades, quanto este que vivenciamos. O reconhecimento desses problemas vem despertando questionamentos sobre a viabilidade do modelo de agricultura adotado no Brasil, com o advento da globalização, e disseminando discussões acerca de modelos alternativos de produção agropecuária. O Oeste Baiano não pode ficar fora desse debate.

Notas

¹ Esse artigo faz parte das reflexões contidas na nossa Tese de Doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Denise Elias.

- 2 DAVIS, J. H., GOLDBERG, R. A. **A concept of agribusiness**. Division of research. Graduate School of Business Administration. Boston: Harvard University, 1957.
- 3 Conforme Bernardes (2009), “[...] a região do BAMAPITO é constituída por territórios contínuos que apresentam formas semelhantes de produção e reprodução do capital e do trabalho, tanto modernas como tradicionais, revelando também formas de conflito similares, associadas aos referidos processos de reprodução do capital” (p. 34).
- 4 Bunge e Cargill, juntamente com a Maggi e Dreyfus, são responsáveis por 70% das exportações de grãos no Brasil, e estão na lista de dez maiores empresas do país do anuário Melhores e Maiores da EXAME de 2014 (Gigantes do agronegócio se unem para investir nas novas ferrovias. Revista Exame, 23 março 2014. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,gigantes-do-agronegocio-se-unem-para-investir-nas-novas-ferrovias-imp-,1144031> acesso em 06 jul. 2015).

Referências

BERNARDES, Júlia Adão. Fronteiras da agricultura moderna no cerrado Norte/Nordeste: descontinuidades e permanências. In: BERNARDES, Júlia Adão; Brandão Filho, José Bertoldo (Org.). **Geografias da Soja II: a territorialidade do capital**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições / CNPq, 2009. p. 13-40.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e a nova divisão social e territorial do trabalho agropecuário formal no Nordeste**. 2008. 259f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 141-162.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura**. São Paulo: Edusp, 2003.

ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: BNB, 2006. p. 25-82

ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v. 13, n. 2, p. 153-167, 2011.

ELIAS, Denise. Regiões produtivas do agronegócio: notas teóricas e metodológicas. In: BERNARDES, Júlia Adão; SILVA, Cátia Antônia da; ARRUZZO, Roberta Carvalho (Org.). **Espaço e energia**. Mudanças no paradigma sucroenergético. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2013. p. 49-73.

FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do cerrado: expansão dos *fronts* agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2010.

GIORDANO, Samuel Ribeiro. **Competitividade regional e globalização**. 1999. 225 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - FFLCH, Universidade de São Paulo, 1999.

HAESBAERT, Rogério. Gaúchos e Baianos no novo Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades regionais. In: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa (Org.). **Brasil: questões atuais sobre a organização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 362-403.

LEITE, Sergio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agronegócio. In: CALDART, Isabel Brasil Pereira et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

MAZZALI, Leonel. **O Processo Recente de Reorganização Agroindustrial: do Complexo à Organização "em Rede"**. São Paulo: UNESP, 2000.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?** São Paulo: Editora Contexto, 2006.

MENDES, Judas Tadeu Grassi; PADILHA JUNIOR, João Batista. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC/PUC-SP, 1989. (Estudos Rurais, 10).

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, ano 19, v. 2, n. 21, p. 113-156, jul./dez. 2003.

SANTOS, Camila Dutra dos. **Difusão do consumo produtivo na economia urbana de Mossoró (RN)**. 2010. 265 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

SANTOS, Milton. **A Urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. São Paulo, Editora Record, 2011.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. A rede política territorial da soja em Pedro Afonso (TO). **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 4, n. 7, p. 91-107, jan./jul. de 2010.

SILVA, Carlos Alberto Franco da; SANTOS, Arthur Pereira dos; NASCIMENTO, Luciano Bomfim do Nascimento. Ensaio sobre o conceito de rede política territorial. In: SILVA, Carlos Alberto Franco da (Org.). **Redes Políticas Territoriais: estratégias, conflitos e violência**. Rio de Janeiro: Editora Livre Expressão, 2011. v. 1.

SILVA, José. Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Complexo agroindustrial, rede e território. In: SILVA, Rogério Leandro Lima da; DIAS, Leila Christina (Org.). **Redes, sociedades e território**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 215-255.

Recebido em: 13/01/2016

Aceito em: 11/04/2016

